



# NARRATIVAS CONTESTADORAS DA ÁFRICA QUEER<sup>1</sup>

Sokari Ekine

Sokari Ekine é escritora feminista, blogueira e educadora. É a fundadora e a principal autora de *Black Looks*. Foi ativa nas lutas pela justiça social, durante mais de 20 anos e autora de várias publicações impressas e online, como *Pambazuka News*, *Feminist Africa* e *New Internationalist*, sobre questões de gênero e sexualidade.

Duas narrativas distintas, porém, interligadas dominam as discussões sobre as sexualidades queer africanas. Uma, afirma que as sexualidades queer são “não-africanas”, enquanto a outra, trata a África como um lugar de homofobia obsessiva. A primeira provém de um conjunto de fundamentalismos religiosos, que insistem em interpretações estritamente literais de textos religiosos, e uma postura culturalmente essencialista, que patologiza e nega a existência da *queerness* (condição queer) no continente. Estes fundamentalismos argumentam que as sexualidades queer desafiam as normas culturais e sociais africanas e afirmam que as iniciativas pró-queer na África, por parte de países e ONGs ocidentais, são imperialistas.

A segunda narrativa sobre a “homofobia Africana” está enraizada em discursos coloniais sobre uma sexualidade africana desviante e peculiar, e em uma agenda LGBT<sup>2</sup> contemporânea neoliberal e global, que tenta universalizar normas sexuais e de gênero brancas e euro-americanas (HOAD, 2007: xii; MASSAD, 2007; ATLURI, 2009). As tensões colocadas por essas duas narrativas apresentam um desafio sério e estratégico para as políticas africanas queer anticoloniais, que estão presas, em vários aspectos, entre, de um lado, as metanarrativas do imperialismo LGBT e dos fundamentalismos religiosos e, do outro lado, as construções locais contemporâneas da sexualidade e do gênero.

O pânico moral contra a homossexualidade no continente é sistemático e indicativo de uma campanha instrumentalizada e bem organizada que expõe a estrita relação entre os fundamentalismos religiosos e culturais afirmados através de vigorosas agendas políticas nacionalistas. Nigéria, Uganda e em menor medida, o Malawi estiveram no centro deste movimento anti-queer, fazendo repetidamente passar a homofobia de Estado através de legislações recorrentes. Em Uganda, um projeto de lei anti-homossexualidade foi, pela primeira vez, colocado na mesa em 2009, e a partir desse momento, foi repetidamente reintroduzido, sendo a última vez em 07 de fevereiro de 2012. Políticos da África Ocidental talvez tenham sido monitorados por uma sentinela “anti-gay na Uganda”, uma vez que, em poucos dias, os políticos de dois outros países publicaram pronunciamentos contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo. O primeiro destes pronunciamentos foi do Presidente Yahya Jammeh de Gambia, durante o juramento no gabinete ministerial. É difícil ver isso como uma coincidência, porque não parece ter nenhuma outra razão contextual para esta bem ensaiada declaração ter sido proferida nesse momento:

Não está na Bíblia ou no Corão. É uma abominação. Estou dizendo isso para vocês porque a nova onda de mal que eles querem impor sobre nós não vai ser aceita

no país... Até quando eu for presidente, não irei aceitar isso no meu governo e neste país. Sabemos o que os direitos humanos são. Os seres humanos do mesmo sexo não podem casar ou celebrar - nós não derivamos da evolução, mas da criação e sabemos que o início da criação foi Adão e Eva (Jollof News, 2012).

O segundo caso provém da Libéria, quando no começo de fevereiro de 2012, o representante Clarence K. Massaquoi introduziu um projeto de lei que criminalizaria o casamento entre pessoas do mesmo sexo (Libéria Times 2012). Este foi seguido de uma emenda preparada pelo Senadora Jewel Taylor, ex- esposa de Charles Taylor e anterior primeira dama. Essa emenda à Lei das Relações Domésticas tornaria o casamento entre pessoas do mesmo sexo uma perversidade. A Nigéria também introduziu uma série de leis sobre casamento entre pessoas do mesmo sexo e do mesmo gênero (2006, 2009) e, em novembro de 2011, a Lei de Proibição do Casamento entre pessoas do mesmo sexo foi aprovada pelo Senado. No momento em que escrevo, essa lei deve ser ainda assinada pelo presidente.

Porém, nem todo mundo realizou semelhantes ataques diretos às pessoas LGBT. A valorização e afirmação do casamento heterossexual e da família no projeto nacional (ou no projeto continental, como pode ser visto pelos instrumentos da União Africana) são presentes em muitos países no continente.

Todos estes três países, Nigéria, Uganda e Libéria, possuem leis que criminalizam a homossexualidade, que remontam ao regulamento colonial britânico. Desta forma, a questão não é somente porque estas leis são mantidas, mas também por que elas são expandidas e por que agora? A recusa em acabar com as leis na Nigéria e na Uganda, o potencial para outros países copiarem suas legislações, o furor internacional ao redor delas, as diferentes respostas queer apresentam uma oportunidade de analisar estes paradoxos nacionais e internacionais, assim como as relações de poder.

A retórica segundo a qual a homossexualidade seria não-africana baseia-se na noção essencialista de uma *Africanidade autêntica*, centrada na crença de que há algo intrínseco à África, chamado “Cultura Africana e Tradições Africanas”. Trata-se, porém, de algo mais do que uma simples definição do autêntico; o que está em questão é o poder de determinar quem conta como ser humano e quais vidas contam como vidas (Macharia, 2010). Esta posição essencialista é problemática por muitas razões. Como Dosekun afirma:

Uma posição antiessencialista mantém a ideia de que a África e assim a Africanidade (African-ness or

1 Tradução de Caterina Rea para a disciplina “*Correntes feministas e diversidade sexual em contextos africanos*” (UNILAB, São Francisco do Conde, Bahia). Publicado originalmente em inglês na obra EKINE, Sokari; ABBAS; Hakima (orgs.). **Queer African Reader**. Dakar/Nairobi/Oxford, Pambazuka Press, 2013.

2 Nota sobre a terminologia: o termo LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, transgênero e intersex) é um acrônimo geralmente usado pelos Africanos. Eu uso queer como um termo mais amplo, uma terminologia mais inclusiva. Outros termos – LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transgênero), homossexualidade, gay – são usados somente em referência a discursos diretos.



Africanicity) são construções históricas e como tais contingentes. Isso implica que não podemos falar com sentido de uma África essencial ou de coisas essencialmente africanas ou não-africanas; neste caso, uma consciência e uma prática como o feminismo não podem ser espedidas como não-africanas, nestes termos. Tal argumento antiessencialista não implica que não exista a África. Não nega as múltiplas condições históricas, materiais, culturais compartilhadas através da África, que são, em muitos casos, únicas e próprias ao continente, e que, em muitas maneiras, formam nossas identidades enquanto africanos. Nega somente que estas condições sejam inerentes, naturais e fixas (Dosekun, 2007).

Dosekun, geralmente, nos lembra a relação entre o fato de nomear e de reivindicar a cultura e as tradições em uma estrutura kyriarcal<sup>3</sup> de poder e de desigualdade. Mais do que patriarcado, que implica a dominação dos homens sobre as mulheres, a kiarquia permite levar em conta relações de poder mais complexas e articuladas, baseadas em múltiplas estruturas de dominação interseccionadas, como a raça, a etnicidade, a classe, a orientação sexual e o gênero. (Fernandez Factora-Borchers, 2008).

A invocação de uma cultura africana nostálgica como base para declarar a homossexualidade enquanto posição não-africana, é muitas vezes, oposta ao argumento segundo o qual esta narrativa ter-se-ia originado com a imposição dos códigos penais coloniais, em particular o britânico. Porém, isso não explica legislações similares em países francófonos e lusófonos. Não é minha intenção, neste texto, focar no passado, mas como Clark, Muthien e Ndashe analisam mais para a frente neste livro, a referência a uma origem histórica da homofobia na África tem uma utilidade limitada como argumento para mudar as leis e efetuar mudanças sociais.

Uma análise adicional pode ser achada na leitura daquilo que Jacqui Alexander chama de “recolonização heteropatriarcal” (ALEXANDER, 1997: 66), a continuidade entre uma “herança heterossexual branca e o heteropatriarcado negro”. O foco de Alexander está na situação das Bahamas e no contexto mais amplo do Caribe; todavia, ela fornece um excelente quadro de referência, a partir do qual podemos considerar a situação da homofobia contemporânea na África. A luta para se libertar do colonialismo foi, em larga parte, um projeto político, que envolveu uma perturbação mínima para os interesses econômicos ocidentais ou as estruturas heteropatriarcais. Realmente, os movimentos nacionalistas usaram as mesmas masculinidades militarizadas coloniais, como fundamentação da libertação e do pós-colonialismo, mantendo, desta forma, a subalternidade das mulheres africanas.

O projeto de heterossexualização do edifício nacional é também facilitado através de legislações e re-legislações (Nigéria, com a lei sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo; Uganda, com a lei anti-homossexualidade). A heterossexualidade é considerada como a única base aceitável pela cidadania e para estabelecer/restabelecer a ordem e prevenir/acabar com o caos gerado pelo desvio sexual/social das imposições queer. Assim, a nova legislação tira partido da missão civilizatória do colonialismo, reforçando a heterossexualidade como ordem natural, que existe sem

complicação ou contradição (Alexander, 1997, Hoad, 2007, Atluri, 2009). Para citar Alexander:

A lei agora presumivelmente esvaziou a sociedade, esvaziou a heterossexualidade de tudo que pode ser considerado caótico, desordenado e criminal. Ambas, a lei e a heterossexualidade foram agora santificadas para funcionar como um depósito de ordem, que reconduz cada coisa a uma posição moral ordinária. Assim articulada, a lei teria satisfeito sua missão civilizatória, funcionando silenciosamente, como os anteriores mandados britânicos ordenaram fazer, construindo e defendendo ao mesmo tempo suas próprias hierarquias (Alexander, 1997: 82)

A linguagem escolhida pelos líderes religiosos e políticos africanos para justificar a heterossexualidade como a única ordem aceitável é similar à linguagem usada em outras partes do mundo: família, valores culturais e tradicionais, sexo unicamente baseado na procriação por meio da santificação do matrimônio e inúmeras referências tiradas dos textos religiosos. Por exemplo, como afirma o senador nigeriano, Samson Osagie:

É apenas apropriado que, como africanos, preservemos nossos apreciados valores tradicionais. É definido pelas Escrituras que os casamentos são reconhecidos entre um homem e uma mulher. Rebaixa nossos valores quando você começa a tolerar o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Para mim, eu acredito que esta é uma decisão que é popular e que terá o suporte da maioria dos membros da casa (Vanguard Nigeria, 2011)

Depois da lei nigeriana que proíbe o casamento entre pessoas do mesmo sexo ter sido aprovada no Senado, em novembro de 2011, ocorreu uma mudança na linguagem da moralidade, para a *inclusão* de direitos e as leis nacionais soberanos, provavelmente, em resposta às afirmações do premier britânico David Cameron, que vinculavam as ajudas para o desenvolvimento à proteção e garantia dos direitos LGBT (BBC, ANDREW MARR SHOW, 2011; DOWDEN, 2011) e à declaração similar de Hilary Clinton (Clinton, 2011), exigindo a efetividade dos direitos gays de forma global (Clinton, 2011)<sup>4</sup>. Cameron e Clinton sugerem que nos países que perseguem as pessoas LGBTI, o dinheiro seria diretamente dado para ONGs escolhidas – presumivelmente aquelas que prometem se tornar abertas, amigáveis, aos LGBTI (*LGBTI-friendly*). Em resposta às condições de ajuda, o Presidente do Senado da Nigéria, David Mark, afirmou:

Se tem algum país que quer parar de dar ajudas porque nós não queremos passar a lei sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo, este país pode fazê-lo. Somos uma nação soberana e temos o direito de decidir sobre nós mesmos, pois nenhum país pode interferir na maneira com que governamos nosso país (All Africa.com, 2011).

A sociedade civil nigeriana e os ativistas pelos direitos humanos responderam à normativa com uma afirmação dirigida ao presidente e à casa (NT: legislativa), apresentado uma análise das graves implicações, para todos os nigerianos, independentemente de sua orientação sexual e de sua identidade de gênero;

3 Da palavra grega kyrios, que significa “senhor” ou “mestre”.

4 Neste discurso do Dia dos Direitos Humanos de 2011, a secretária de estado americana Hillary Clinton fez um apelo para o fim mundial da criminalização das pessoas LGBT.



Vale a pena notar para todos os cidadãos nigerianos que a proposta de lei visa a) proibir qualquer forma de coabitação de fato entre dois indivíduos do mesmo sexo, ou qualquer gesto que conote um relacionamento entre pessoas do mesmo sexo de forma direta ou indireta. Se este projeto de lei se torna lei, a mão dada entre dois homens ou duas mulheres, o fato de duas pessoas do mesmo sexo se tocarem reciprocamente, de fazerem gestos com os olhos, se agarrarem ou alguma outra manifestação de afeto se tornarão fatos evidentes para condenação e dez anos de prisão. Este projeto de lei também implica b) a restrição da liberdade de expressão, c) a restrição do direito de liberdade de associação, d) a restrição da liberdade de pensamento, incluindo a liberdade de consciência e de religião (NSSMB, 2006).

Frente a isso, a declaração dos Estados Unidos e, em menor medida, a da Inglaterra têm suporte substancial entre ativistas estadunidenses, britânicos e africanos. De forma similar, as declarações de países africanos sobre sua soberania e o direito de determinar suas próprias leis tem um certo peso do ponto de vista imperialista. Porém, debaixo da superfície da retórica dos líderes ocidentais e africanos existem relações desiguais e, em muitos casos, precárias. Estas estão enraizadas tanto no colonialismo, no racismo, na exploração econômica, na dependência da dívida, como no consenso neoliberal baseado em imperativos econômicos, que não levam em conta as contradições normativas. Este consenso é crivado com premissas que os LGBTI africanos vivem de forma escondida, não como africanos completos, mas fora das realidades políticas e econômicas nacional e internacional. A implicação, aqui, é que, como africanos incompletos, as populações LGBTI não seriam afetadas pelas políticas de reajustes estruturais do livre mercado. Nem seriam impactadas pelo aumento da militarização conduzida pela ‘guerra ao terror’ estadunidense, exemplificada pela presença militar americana, em particular, através da *Africom*, ou pelas ações de organizações terroristas, como a *Lord’s Resistance Army* na Uganda ou *Boko Haram* na Nigéria.

As semelhanças entre os impactos do *Patriot Act* americano, para os muçulmanos americanos, em particular, e as populações de cor, em geral, e o projeto de lei nigeriano sobre o casamento do mesmo sexo, para a liberdade pessoal, a censura e a liberdade de expressão são maiores do que muitas pessoas se preocupam em evidenciar. Por exemplo, ambos requerem um aumento do estado de vigilância amparado pelo controle dos cidadãos, a fim de conquistar os resultados anunciados. Tanto os muçulmanos como os queers são vistos como uma ameaça para os valores religiosos e culturais consentidos pelo cânone heteronormativo judeu-cristão e implicitamente branco. Também, enquanto os Estados Unidos gerenciam relações econômico-produtivas com, por exemplo, a Arábia Saudita e o Bahrein, ao mesmo tempo, facilitam o crescimento interno da islamofobia, e certamente não enfrentam as questões de direitos humanos (especialmente os direitos das pessoas LGBT), nesses países. Da mesma forma, os países africanos podem continuar a manter similares relações com o Ocidente, limitando os direitos dos cidadãos, caso sejam obrigados pelos imperativos econômicos. De forma interessante, a declaração da sociedade civil nigeriana criticando o projeto de lei, faz referência ao impacto potencialmente negativo que este poderia ter na economia da Nigéria.

Com este Projeto de Lei, a Nigéria e os nigerianos mostrarão ser duvidoso e impossível manter internamente os tratados internacionais e as convenções

que eles mesmos assinaram e ratificaram. Da perspectiva dos investidores estrangeiros, a inabilidade de manter os acordos internacionais levanta a questão se seus investimentos e o pessoal [estrangeiro] podem estar seguros nas mãos de um parceiro tão incerto. De forma que, ao mesmo tempo em que o país se encontra na posição de atrair investimentos estrangeiros, o projeto de lei se apresenta como obstáculo para a economia. (Nigerian Human /Rights Defenders, 2011).

Um argumento comum usado para explicar a introdução de medidas anti-homossexualidade é que elas são diversionistas, uma maneira de distrair a população de questões mais importantes, como a remoção de subsídios para o combustível, alto desemprego e a corrupção ou a luta contra o terrorismo. Enquanto é verdade que em muitos países africanos o fervor religioso e a homofobia de Estado têm sido uma força aglutinadora, é difícil imaginar que reprimir duramente as pessoas queer terá efeito a longo prazo de distrair a população desses tipos de questões. Por exemplo, o Nigéria Occupy Movement de janeiro de 2012, que era centrado na remoção dos subsídios dos combustíveis e na corrupção política, aconteceu apesar destas distrações. Além disso, houve uma considerável onda crítica na mídia e nas redes sociais na Nigéria, acompanhando a tramitação do projeto de lei no Senado. Estas vozes permanecem minoritárias, mas estão aumentando em número e se tornando mais fortes.

Nesta conjuntura, a transformação dos africanos LGBTI de sujeitos desviantes não-africanos para uma minoria legitimada permanece ilusória. Na África do Sul, o trabalho duro de ativistas LGBTI tais como Simon Nkoli, Bev Ditsie, Edwin Cameron, e Zackie Achmat, para nomear alguns poucos, assegurou que a Constituição de 1994 garantisse plena proteção à população LGBTI. Apesar disso, permanece um alto índice de homofobia e de crimes de ódio associados, particularmente, contra lésbicas negras da classe trabalhadora e pessoas transgênero, o que mostra a interconexão das opressões. Há mais de dez anos, muitos outros países africanos testemunharam a saída dos africanos LGBTI dos armários ocultos para armários visíveis de vidro quebrado e a substituição do silêncio por um engajamento ativo e assertivo perante o Estado, a sociedade civil, as comunidades queer e as ONGs internacionais. Ao lado do aumento da visibilidade e do ativismo que a acompanha, houve um aumento da presença e da intervenção daquilo que Massad chama de Internacional Gay (2007) – ONGs e ativistas LGBT, brancos, e ocidentais animados por um interesse quase obsessivo de encontrar homofobia no Sul global. A noção de uma condição ‘gay compartilhada’ (HOAD, 2007; MASSAD, 2007) é estabelecida por esses grupos, ao mesmo tempo em que estes espetacularizam a homofobia africana como sendo um fenômeno geográfico único, sem conexão com a história local e global e essencialmente inerente à cultura africana.

Algumas sessões da Internacional Gay tiveram uma visão diferente e tentaram fornecer um relato histórico da homossexualidade ou das relações íntimas de pessoas de mesmo sexo. O objetivo afirmado é contrariar a narrativa oposta do caráter não-africano da homossexualidade, colocando a culpa da homofobia, pelo menos em certos países, por conta das leis coloniais que criminalizaram a homossexualidade masculina. Não é sempre evidente se uma tal procura de ‘provas antropológicas’ das utopias sexuais pré-coloniais é para o benefício de nós africanos, ou é uma justificação para seu próprio envolvimento na salvação da África de seus legados coloniais (TATCHELL, 2010). De qualquer maneira, ambas essas narrativas apagam a diversidade e a especificidade contextual das formações queer



africanas passadas e presentes, que são formadas por diferentes fatores, tais como religião, etnicidade, nacionalismo, culturas populares globais e locais e conexões diaspóricas (MACHARIA, 2010).

Em resposta a esses esforços legislativos anti-queer, as ONGs e os governos ocidentais tomaram uma posição fortemente intervencionista. Isso culminou em declarações dos governos britânicos e norte-americanos sobre a retirada de ajudas humanitárias daqueles países do Sul global, que continuassem a perseguir as populações LGBTI. Seguindo a declaração do Primeiro-Ministro britânico David Cameron, referido antes, mais de cem (100) organizações e ativistas africanos de justiça social emitiram uma nota pública expressando sua preocupação com o uso condicionado das ajudas humanitárias, como forma de incentivar o aumento da proteção dos direitos das pessoas LGBTI no continente. Em particular, os ativistas chamaram a atenção para a necessidade de repensar, completamente, os métodos atuais de se engajar na África, incluindo a prioridade da consulta com àqueles que estão, de fato, concernidos e afetados.

As imposições das sanções doadoras podem ser uma maneira de se procurar promover a situação dos direitos humanos em um país, mas isso não resulta, de per si, na proteção reforçada dos direitos das pessoas LGBTI. As sanções dos doadores são, por sua natureza, coercitivas e reforçam as dinâmicas desproporcionadas de poder entre países doadores e destinatários. Elas são, muitas vezes, baseadas em pressupostos sobre as sexualidades africanas e sobre as necessidades das populações LGBTI africanas. Elas não consideram a agência dos movimentos da sociedade civil africana e das lideranças políticas. Elas tendem somente, como foi evidenciado no Malawi, a agravar o contexto de intolerância no qual os líderes políticos tornam a população LGBTI um bode expiatório das sanções dos doadores, na tentativa de conservar e reforçar a soberania do estado nacional (African Social Justice, 2011).

A afirmação também ressaltou que o fundamento legal para perseguir as populações LGBTI através dos países do Commonwealth foi abandonado pelo Império britânico e as antigas vias de engajar-se no continente devem ser endereçadas aos afetados e não simplesmente impostas pelas intervenções dos mesmos poderes. Porém, não todo mundo está de acordo com as ajudas condicionadas e um pequeno número de organizações e de ativistas não apoiaram a afirmação. Os ativistas ugandenses dos grupos Sexual Minorities Uganda (SMUG) e Icebreakers, que estiveram na vanguarda desafiando a homofobia patrocinada pelo Estado no seu país, escolheram não assinar. Mesmo entre quem argumenta a favor do uso condicionado das ajudas humanitárias, há uma insistência na necessidade da consulta e de uma abordagem específica para cada país, como foi explicado por David Kuria da Gay Kenya (um dos signatários da afirmação):

Em vez de assumir que podemos ter uma abordagem pan-africanista, nós deveríamos ao contrário perguntar quais desafios e oportunidades se apresentam para nós, enquanto país. A posição da Gay Kenya sobre as ajudas notou que cada país teve uma diferente narrativa das ajudas, e não se pode assim falar de uma resposta africana, mas de uma resposta contextual queniana (Kuria, 2011).

O perigo da abordagem das ajudas condicionadas se tornou evidente com a reação acerca da prisão, em 2010, do casal gay

do Malawi, Tiwonge Chimbalanga e Steven Monjeza. O casal foi condenado por 14 anos por “atos contra a natureza e de grande indecência” (MAPONDERA e SMITH, 2010), mas depois lhe foi concedido um perdão presidencial. Este foi um importante caso, que levou a uma considerável reação contra a comunidade LGBTI do Malawi. Em uma entrevista, ativistas LGBTI do Malawi comentaram que antes do caso Chimbalanga/Mojeza a vida era mais fácil.

‘Era mais fácil antes’, diz Thandeka, ‘As coisas são duras agora’

‘Um tempo atrás, você podia dançar, podia talvez beijar, mas agora não’, diz Amanda. ‘Todos os homens têm noiva, ou esposas, para encobrir o fato de que são gays.’ (IN Toronto, 2012)

As reservas sobre as intervenções internacionais permanecem fortes, particularmente em vista da falta de consultas e das ações que resultam em minar e mesmo colocar em perigo os ativistas e as condições locais. E, mesmo o espaço para escrever e criticar publicamente as intervenções unilaterais de ativistas poderosos do Ocidente trazem o risco de difamações e retirada de publicações. Lidar, com personalidades inatacáveis, cuja celebridade repousa sobre a história de lutas que tem, talvez tenha consequências piores para os ‘ajudados’ do que para os ‘que ajudam’, permanece uma batalha. O complexo do salvador branco está vivo e bem; e prospera, apropriando-se das lutas de outras pessoas.

Intervenções ocidentais que buscam impor a narrativa ocidental sobre as lutas queer africanas são parte de uma história ininterrupta de supressão das necessidades e das experiências dos africanos, que data da época da colonização. A luta africana não é somente dirigida a mudar a legislação existente; é uma luta na qual tentamos reafirmar nossa própria narrativa e recuperar a nossa humanidade. A Internacional Gay, como parte de uma agenda geral neoliberal, é um obstáculo, ao definir e controlar as estratégias e resultados de uma luta queer africana baseada em lutas interseccionais e em movimentos que se constroem. A Internacional Gay também tenta se colocar no centro de nossas lutas, ignorando a resistência local e todo o movimento pela libertação e o compromisso com a justiça.

A universalização dos ‘direitos gays’ foi formalizada oficialmente pela Hillary Clinton em seu discurso no dia dos Direitos Humanos, de 2011, no qual jurou que os Estados Unidos tentarão ativamente assegurar que os direitos LGBT existam no mundo todo (CLINTON, 2011). Notem que ela usa o acrônimo LGBT e a palavra gay, ao invés do mais inclusivo LGBTI, ou LGBTIQ, usado pela maioria dos africanos. Ela parece não ter escutado as pessoas intersex e seus direitos, nesta luta.

Embora Clinton reconhecesse que a lista dos direitos dos LGBT nos Estados Unidos estava longe de ser perfeita, sua afirmação continha um número significativo de omissões flagrantes, não menos as de como que os Estados Unidos pretendiam reforçar os direitos LGBT no resto do mundo. Haverá sanções, retiradas de ajudas, recusa de venda de equipamentos militares ou assassinatos em vista? A falta de clareza reduz a posição de Clinton às águas sombrias da diplomacia internacional e do duplo discurso. Vemos a afirmação da embaixadora americana na Libéria, na sua saída, feita depois da introdução de dois Projetos de Leis anti-homossexualidade no país:

Ela afirmou, porém, que a questão dos direitos gays na Libéria é envolvida pelo que chamou de ‘ideias erradas’. ‘Nossas políticas sobre direitos gays estão sob domínio público’, ela afirmou. ‘Eu penso que a questão



que apareceu na Libéria é a 'ideia errada' de que a ajuda do Estados Unidos está vinculada às ações da Libéria nessas áreas, e não é o caso', ela disse. afirmou para o Daily Observer, estar surpresa com o fato de que os direitos gays são um problema na Libéria. 'Eu não sei se isto é uma questão aqui na Libéria; porém, li acerca disto na imprensa, o tempo todo. Fui surpreendida ao escutar que isto era um problema na Libéria. (BINDA, 2012)

Considerando que muitos países africanos são aliados dos Estados Unidos e são de importância militar estratégica é difícil imaginar que o controle e a aplicação das leis não seriam seletivos. Como é usual à diplomacia americana, Clinton não pareceu ver a ironia em sua declaração de que os Estados Unidos controlariam agora o mundo, em relação a um conjunto de direitos, enquanto, ao mesmo tempo, estão envolvidos nas violações de inúmeros direitos humanos, no seu território e no exterior.

Clinton também, de forma convencional, ignorou o crescimento do movimento evangélico anti-gay nos Estados Unidos e suas relações com movimentos similares na África. Porém, a real preocupação com a população LGBTI engajada na construção progressiva do movimento social, enquadra-se no tipo de mundo gay de Clinton. Quanto isto comprometerá a justiça social e econômica e a base da democracia em nossos respectivos países? Enquadrar a narrativa em termos de direitos cria tensões com a sociedade civil e outros movimentos sociais. Os queer africanos não são somente queers, são pessoas que vivem suas vidas como quaisquer outras, e como tal, nossa luta necessita se alinhar com outros movimentos de justiça social, como os das mulheres rurais, dos moradores de cabanas, da mudança climática, dos direitos à terra, e demais.

Esses pronunciamentos, ignoram, convenientemente, a história ocidental do racismo, do colonialismo e da homofobia, e mesmo aqueles que reconhecem a culpabilidade colonial nas leis homofóbicas, o fazem com a ideia de que as versões europeias e americanas das narrativas sexuais e do ativismo são o modelo que nós todos temos de seguir. (EL TAYEB, 2011)

Aqueles de nós que vivem na diáspora estão bem conscientes que as afirmações de Cameron e Clinton são contraditórias em relação às configurações raciais da cidadania, experimentadas na Europa e nos Estados Unidos, onde mesmo o nascimento é insuficiente enquanto marcador de pertencimento. A única maneira, para os queers africanos, de serem ativistas significativos, na diáspora, é trabalhar como advogados internacionalistas certificados. No momento em que alguém é relutante em se tornar um colaborador na agenda internacional, dessa forma, desafiando a legitimidade do Ocidente como salvador, nossas vozes são silenciadas, colocando-nos como africanos inautênticos. Para ser autêntico, você deve viver no continente e ser enquadrado como vítima. A experiência de Kagendo Murungi, narrada neste volume (ver capítulo 21), de trabalhar com a International Gay and Lesbian Human Rights Commission (IGLHRC) em Nova York fornece um exemplo excelente de como as vozes de africanos na diáspora são silenciadas.

Os Estados africanos reivindicam soberania, mas, ao mesmo tempo, intensificam o fascismo cultural e religioso para alimentar a homofobia de Estado. Mesmo aqui há uma complexidade na relação entre alguns Estados africanos e instituições religiosas em relação a como o poder mente em determinar a agenda moral e sobre quem é aceito como cidadão. Uma outra tensão deriva do imperialismo LGBT

desenvolvido dentro de ONGs rentáveis/complexos industriais doadores, construído na premissa de salvar os africanos da África. Como estas tensões conflituosas empurram uns contra os outros, eles se dividiram internamente, de forma que vários ativistas lutam para serem escutados. Mesmo se a população LGBTI africana se tornou um lugar de luta de narrativas ao mesmo tempo relacionadas e em competição, e se as tensões associadas empurram umas contra as outras dentro da divisão interna, é essencial que elas se engajem a partir dos seus próprios termos [NT: do que são], no plano nacional e internacional, e continuem a explorar os desafios de uma política transformadora.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFRICAN Social Justice Activists. **Statement of African Social Justice activists on the decision of the British government to cut aid to African countries that violate the rights of LGBTI people in Africa**, 2011.
- ALEXANDER, Jacqui. Erotic autonomy as a politics of descolonization: an anatomy of feminist and state practice in the Bahamas tourist economy. In: ALEXANDER, Jacqui; MOHANTY, Chandra (eds). **Feminist Genealogies, Colonial Legacies, Democratic Futures**, London/New York: Routledge, 1997.
- All Africa.com. **Nigeria: Christians laud passage on same sex marriage bill**, 2012.
- ATLURI, Tara. Putting the cool in coolie: Disidentification, desire and dissident in the work of filmmaker, Michelle Mohabeer. **Caribbean Review of Gender Studies**, 3, 2009.
- BBC, Andrew Marr Show. **David Cameron moralizes on foreign aid**. 30 October, YouTube, 2011.
- BINDA, S. US aid not tied to gay rights, says outgoing US ambassador', **Daily Observer**, 2012.
- CLINTON, Hillary. **Secretary Clinton's Historic Speech on LGBT Human Rights** – Gay rights are human rights, 2011.
- DOSEKUN, Simidele. **Defending feminism in Africa**. Center for African Studies, Cape Town, 2007.
- DOWDEN, Richard. Getting gay rights wrong in Africa. **Royal Africa Society**, 2011.
- EL-TAYEB, Fatima. **European others: queering ethnicity in postnational Europe**. University of Minnesota Press, 2011.
- FERNANDEZ FACTORA-BORCHERS, Ana Lisa. Accepting kyriarchy, not apologies. **My Ecdysis blog**, 2008.
- HOAD, Neville. **African Intimacies. Race, Homosexuality and Globalization**. Minneapolis, MN University of Minnesota Press, 2007.
- IN Toronto. **Cruel to be kind**, 2012.
- JOLLOF, News. **Gambian president renews attacks on homosexuals**, 2012.
- KURIA, David. Aid conditionality – blessing or curse. **Gay Kenya blog**, 2011.
- Liberia Times. **Outlaw gays rights**, 2012.
- MACHARIA, Keguro. Homophobia in Africa is not a single story. **The Guardian**, 26 de May de 2010.
- MAPONDERA, G; SMITH, D. Malawian gay couple jailed for 14 years. **The Guardian**, 20 May 2010.
- MASSAD, Joseph. **Desiring Arabs**. Chicago/London: University of Chicago Press, 2007.
- Nigerian Human Rights Defenders. **Human and legal implications of the same sex marriage Prohibition Bill**, 2011.
- TATCHELL, Peter. Evils of colonialism: still wrecking lives. **The Independent**, 9 May, 2010.
- TATCHELL, Peter. **Don't cut aid over human rights abuses**, switch it. 1 November, 2011.
- Vanguard Nigeria. **Same sex marriages: FG, N/Assembly damn US**, 2012.